

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reservas de Lucro		Reservas de Dividendos Adicionais Propostos	Reservas de Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total	Controladora e Consolidado	
					Reforço de Capital de giro	de Incentivos Fiscais					2019	2018
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.719.886	39.094	(13.955)	39.922	220.072	68.299	-	-	2.659	2.073.977	921.828	597.429
Dividendos declarados	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)	-	-
Ações em ações	-	17.673	-	-	-	-	-	-	-	17.673	-	-
Ações em tesouraria	-	-	(87.984)	-	-	-	-	-	-	(87.984)	6.001	38
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de ações	-	(2.592)	14.924	-	-	-	-	-	-	12.332	(2.318)	227
Adoção inicial IFRS 9 e 15 na controladora	-	-	-	-	(24.411)	-	-	-	-	(24.411)	3.683	265
Adoção inicial IFRS 9 em controlada em conjunto	-	-	-	-	(56.816)	-	-	-	-	(56.816)	(6.858)	6.448
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	597.429	-	597.429	3.012	3.012
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	25.722	-	-	-	-	(25.722)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(182.000)	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	306.716	82.991	-	151.290	(389.707)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.719.886	52.175	(87.015)	65.644	395.561	-	-	-	2.659	2.302.872	921.828	597.429
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-	-	-	2.672	2.672	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	5.331	5.331	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.300.000	23	(67.604)	-	395.561	-	151.290	-	5.331	4.300.000	2.672	2.672
Emissão de ações ordinárias	23	-	-	-	-	-	-	-	-	67.604	-	-
Gastos com emissões de ações, líquidas de impostos	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.604)	-	-
Plano de ações	23	-	92.126	-	-	-	-	-	-	92.126	-	-
Ações em tesouraria adquiridas	23	-	(142.773)	-	-	-	-	-	-	(142.773)	-	-
Ações em tesouraria vendidas	23	-	178.962	105.255	-	-	-	-	-	284.217	-	-
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	-	921.828	-	921.828	-	-
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	23	-	-	43.357	-	-	-	-	(43.357)	-	-	-
Juros sobre capital próprio declarados	23	-	-	-	-	170.000	-	-	(170.000)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	-	167.348	-	-	(167.348)	-	-	-
Reservas de lucros	23	-	-	-	362.860	54.697	-	-	(417.557)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.232.396	271.088	(37.518)	43.357	362.860	337.348	-	-	3.168	7.564.937	2.672	2.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Magazine Luiza S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MLU3" e atua, preponderantemente, no comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos e móveis, por meio de lojas físicas e virtuais ou por comércio eletrônico. Através de suas controladas em conjunto (Nota explicativa 15), oferece serviços de operações de empréstimos, financiamentos e seguros aos seus clientes. Sua sede social está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil. Sua Controladora e "holding" é a LTD Administração e Participação S.A.O. Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidas como "Companhia" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 1.113 lojas e 17 centros de distribuição (954 lojas e 12 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2018) localizadas em todas as regiões do País e atuava nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br, www.papocacosmeticos.com.br e, tendo em vista a aquisição do Grupo Netshoes (nota explicativa 14), os sites www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br e www.shoestock.com.br. Em 14 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações contábeis.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ITPC") e orientações ("OCCP"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis de cada controlada, bem como as demonstrações contábeis utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta %	
		2019	2018
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Integra Commerce	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalogo)	Empresa de serviços logísticos	100%	100%
Softbox Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	100%
Certa Administração	Marketplace de serviços financeiros	100%	100%
Kellex Tecnologia	Integração e gestão de relacionamento entre lojistas e marketplaces	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	-
Magalu Pagamentos	Instituição de Pagamentos da Companhia	100%	-

As demonstrações contábeis consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8. No processo de consolidação das demonstrações contábeis são contidos o método de eliminação de dupla contagem, o método de consolidação e reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas. • Saldos de conta do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e • Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são apresentadas a mais em uma nota explicativa. As principais políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, exceto pela adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e cujas políticas e impactos estão divulgados na nota explicativa 5. **3.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações:** Ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. **3.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"):** I) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial: Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. II) Alocação dos saldos de ágio: O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresenta performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio reconhecido é refletida no resultado do exercício em que ocorre sua identificação, a qual não é reconhecida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir. **3.3. Ajustes a valor presente:** As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento. A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para créditos de liquidação duvidosa. O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de mercadorias", também pela redução de prazo. O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoque". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das prestações de serviços" e "Despesas com juros". **3.4. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes em decorrência de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **3.5. Benefício de empregados:** Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Acordos de pagamento baseado em ações: O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). **3.6. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações contábeis individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação complementar às demonstrações contábeis consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS. **3.7. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento usando o preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Quando não estiver disponível, o valor justo de um instrumento é determinado com base em técnicas de avaliação que utilizam informações de precificação de forma contínua. O valor justo não ocorrer com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS SOBRE ESTIMATIVAS
Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 2.3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas; determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; • Nota explicativa 5.1 - prazo de arrendamento; se a Companhia tem razãoável certeza de exercer opção de prorrogação; • Nota explicativa 12 - determinação dos créditos tributários incluídos nas ações judiciais transitadas em julgamento; b) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 5 - Taxa de desconto aplicada no CPC 06 (R2)/IFRS 16; • Nota explicativa 9 - Contas a receber; critérios e montantes da provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota explicativa 10 - Estoques; critérios e montantes para a provisão para perdas em estoque; • Nota explicativa 13 - Imposto de renda e contribuição social; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Nota explicativa 14 - Investimentos em controladas; aquisição de controlada pelo valor justo da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; • Nota explicativa 16 e 17 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração; • Nota explicativa 17 - Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. A determinação do ágio na aquisição de redes de empresas de varejo é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, nem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão; • Notas explicativas 22 - Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota explicativa 30 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

5.1. Adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de reconhecimento de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. I) Políticas contábeis: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear sobre o prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou o custo como base para os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao ser emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia é parte de determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que os contratos são completos e envolve um alto grau de subjetividade, nem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão; • Notas explicativas 22 - Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota explicativa 30 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

5.2. IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de reconhecimento de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. I) Políticas contábeis: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear sobre o prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou o custo como base para os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao ser emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia é parte de determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que os contratos são completos e envolve um alto grau de subjetividade, nem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão; • Notas explicativas 22 - Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota explicativa 30 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

5.3. Mudanças nas Principais Políticas Contábeis

5.1. Adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de reconhecimento de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. I) Políticas contábeis: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear sobre o prazo remanescente dos contratos. A Companhia utilizou o custo como base para os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao ser emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia é parte de determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que os contratos são completos e envolve um alto grau de subjetividade, nem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão; • Notas explicativas 22 - Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota explicativa 30 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("impairment"); determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reservas de Lucro		Reservas de Dividendos Adicionais Propostos	Reservas de Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total	Controladora e Consolidado	
					Reforço de Capital de giro	de Incentivos Fiscais					2019	2018
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.719.886	39.094	(13.955)	39.922	220.072	68.299	-	-	2.659	2.073.977	921.828	597.429
Dividendos declarados	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)	-	-
Ações em ações	-	17.673	-	-	-	-	-	-	-	17.673	-	-
Ações em tesouraria	-	-	(87.984)	-	-	-	-	-	-	(87.984)	6.001	38
Venda de ações em tesouraria para pagamento de plano de ações	-	(2.592)	14.924	-	-	-	-	-	-	12.332	(2.318)	227
Adoção inicial IFRS 9 e 15 na controladora	-	-	-	-	(24.411)	-	-	-	-	(24.411)	3.683	265
Adoção inicial IFRS 9 em controlada em conjunto	-	-	-	-	(56.816)	-	-	-	-	(56.816)	(6.858)	6.448
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	597.429	-	597.429	3.012	3.012
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	23	-	-	25.722	-	-	-	-	(25.722)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	23	-	-	-	-	170.000	-	-	(170.000)	-	-	-
Reservas de lucros	23	-	-	-	306.716	82.991	-	151.290	(389.707)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.719.886	52.175	(87.015)	65.644	395.561	-	-	-	2.659	2.302.8		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

b) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2018	Resul- tado	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Resul- tado	Advin- dos combinação de negócios	Saldo em 31/12/2019	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	56.140	(29.358)	26.782	62.004	(24.565)	-	37.439	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	24.993	6.711	31.704	24.993	6.711	-	31.704	
Provisão para perda nos estoques.....	23.439	36.576	60.015	23.439	36.589	-	60.318	
Provisão para ajustes a valor presente.....	8.906	(3.948)	4.958	8.906	(3.948)	-	4.958	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas.....	113.426	86.360	199.786	116.796	82.990	71.735	271.521	
Diferença temporária intangível.....	(41.679)	-	(41.679)	(41.679)	-	(107.053)	(148.732)	
Depósitos judiciais.....	(31.134)	17.779	(13.355)	(31.134)	17.779	-	(13.355)	
Créditos tributários diferidos (Nota 12).....	-	(343.673)	(343.673)	-	(343.673)	-	(343.673)	
Outras provisões.....	17.397	54.340	71.737	17.397	56.092	-	73.489	
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos).....	171.488	(175.213)	(3.725)	181.012	(172.025)	(35.318)	(26.331)	

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em 31/12/2017	Resul- tado	Adoção IFRS 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	Resul- tado	Adoção IFRS 31/12/2018	Saldo em 31/12/2018	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:								
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	113.917	(57.777)	-	56.140	117.253	(55.249)	-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	14.508	5.478	5.007	24.993	14.508	5.478	5.007	
Provisão para perda nos estoques.....	19.052	4.387	-	23.439	19.229	4.500	-	
Provisão para ajustes a valor presente.....	8.648	258	-	8.906	8.671	235	-	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas.....	101.027	12.399	-	113.426	101.235	12.463	3.098	
Variações cambiais.....	4.683	(4.683)	-	4.683	(4.683)	-	-	
Amortização de intangível.....	(41.679)	-	(41.679)	(41.679)	-	(41.679)	-	
Depósitos judiciais.....	(8.990)	(22.138)	-	(31.134)	(8.990)	(22.138)	-	
Outras provisões.....	8.161	2.908	6.328	17.997	8.196	2.673	6.328	
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos).....	219.321	(59.168)	11.335	171.488	223.100	(56.521)	11.335	

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa

	Saldo em 31/12/2018	Diferido Ativo	Diferido Passivo	Saldo em 31/12/2019
Magazine Luiza.....	171.488	-	(3.725)	167.763
Netshoes.....	-	-	(35.318)	(35.318)
Consórcio Luiza.....	272	585	-	857
Época.....	6.154	8.651	-	14.805
Magalog.....	-	378	-	378
Softbox.....	3.098	3.098	-	6.196
Total.....	181.012	12.712	(39.043)	154.681

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A expectativa de redução do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
2020.....	27.186	41.751
2021.....	(78.483)	(65.973)
2022.....	(13.192)	(682)
2023.....	27.996	40.506
2024 em diante.....	32.768	(41.933)
Total.....	(3.725)	(26.331)

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos: A Controladora Netshoes acumulou prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ao longo dos últimos anos de atividade e, portanto, não reconheceu os créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, em linha com o que determina a Instrução CVM 371/2002. Os ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido poderão ser reconhecidos quando a controlada Netshoes apresentar lucro tributável sustentável futuro e seja provável que os benefícios fiscais sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Netshoes possui o montante de R\$ 402.277 de impostos diferidos não constituídos, sendo R\$ 265.585 relacionado a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$ 136.692 relacionado a diferenças temporárias.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a. Combinação de Negócios: Política Contábil: Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ativo que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado contábil incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. **Grupo Softbox:** Em 13 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade de controle das empresas Softbox Sistemas de Informação, Certa Administração e Kelex Tecnologia, que conjuntamente passaram a chamar de "Grupo Softbox" ou apenas "Softbox". A Softbox possuía na data de aquisição 256 colaboradores, sendo 174 desenvolvedores e especialistas em tecnologia, e oferece soluções para empresas de varejo e indústria de bens de consumo que desejam vender digitalmente ao consumidor final. A grande maioria das empresas brasileiras ainda está excluída do mundo digital, sem acesso a nenhum marketplace. Com a aquisição da Softbox, a Companhia vai ajudar na transformação de empresas analógicas em empresas digitais. **Contraprestação transferida:** A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 43.561, dividido em três formas de pagamento: i) R\$ 13.950 integralmente pagos no "closing" do processo de aquisição; ii) R\$ 13.950 a serem pagos ao longo de 5 anos; e iii) R\$ 15.661 a serem pagos em 5 anos mediante cessão de ações da Companhia, ou fundos imediatamente disponíveis em caso de inviabilidade da cessão de ações, sendo a quantidade de ações calculada na data de aquisição. **Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:** Foi elaborado estudo preparado por especialista independente dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de Negócios para a efetivação da compra e segregação do ativo, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra. A Companhia apresentou de maneira prévia a alocação do valor justo em 2018. Em 2019, a Companhia está demonstrando os valores definitivos, tendo em vista a finalização dos estudos preparados por especialista.

	Softbox	Alocação	Valor Justo
Ativo circulante.....	9.527	-	9.527
Intangível - Software (a).....	8	9.900	9.908
Intangível - Base de clientes (b).....	-	5.300	5.300
Intangível - Força de trabalho (c).....	-	4.050	4.050
Intangível - Marca (d).....	-	1.280	1.280
Demais ativos não circulantes.....	2.894	3.098	5.992
Total.....	12.429	23.628	36.057
Passivo circulante.....	7.633	-	7.633
Provisão para riscos tributários (e).....	-	9.111	9.111
Total.....	7.633	9.111	16.744
Total líquido dos ativos identificáveis.....	4.796	14.517	19.313

Técnicas de avaliação dos ativos adquiridos: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes: a) Software: *Multi-Period Excess Earning Method* (MPEEM) - Método dos lucros excedentes por vários períodos. O MPEEM mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Foi considerado 5 anos como expectativa de vida útil deste item. b) Carteira de clientes: utilizado o método de renda *With or Without*. Esta metodologia é comumente utilizada para avaliar esse tipo de intangível e calcula a diferença na geração de fluxos de caixa futuros entre dois cenários, um com a carteira de clientes e um cenário hipotético sem este ativo. Foi considerado 4 anos como expectativa de vida útil deste item. c) Força de trabalho: utilizado o método de custo de reposição. d) Marca: utilizado o método *Relief-from-Royalty*, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la. A vida útil deste item é indeterminada. e) Riscos tributários identificados passíveis de questionamento por autoridades competentes. A avaliação da administração é que existem riscos em que uma saída de recursos é provável.

	Netshoes	Alocação	Valor Justo
Ativo circulante.....	448.019	(8.567)	439.452
Intangível (a).....	73.570	16.243	89.813
Intangível - Base de clientes (b).....	-	175.900	175.900
Intangível - Marca (c).....	14.002	101.998	116.000
Intangível - Software (d).....	126.954	4.423	131.377
Intangível - Força de trabalho (e).....	-	16.297	16.297
Demais intangíveis.....	627	-	627
Demais ativos não circulantes (g).....	235.513	57.569	293.082
Total.....	896.685	363.863	1.260.548
Passivo circulante.....	736.673	-	736.673
Provisão para riscos (f).....	30.372	210.986	241.358
Demais passivos não circulantes (g).....	210.935	107.053	317.988
Total.....	977.980	318.039	1.296.019
Total líquido dos ativos identificáveis.....	(79.295)	45.824	(33.471)

O ativo gerado na aquisição perfaz um valor total de R\$ 486.718, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio das empresas adquiridas. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho do Grupo Softbox e às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ativo reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente. **Netshoes:** Em 14 de junho de 2019 a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações, que também compreende 100% do capital votante das empresas do Grupo Netshoes ("Netshoes"). Fundada em 2000, a Netshoes é uma empresa líder no varejo online de roupas, calçados e artigos esportivos, com 5,8 milhões de clientes ativos e marcas renomadas como Netshoes, Zattini e Shoestock. A aquisição representa um passo significativo na estratégia de crescimento exponencial da Companhia, aumentando a base de clientes online e a frequência de compra, e representa um marco na entrada em novas categorias como a área de crescimento do e-commerce. A aquisição foi efetivada pelo montante de R\$ 433.247, cujo desembolso foi completamente realizado na data de fechamento da operação. A Companhia incorreu em custos com honorários de especialistas relacionados a aquisição no montante de aproximadamente R\$ 30.830, registrados na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidos" (nota 27). **Ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:** Foi elaborado estudo preparado por especialista independente dentro do prazo estipulado pelo CPC 15 - Combinação de Negócios para a alocação do preço de compra e segregação do ativo, utilizando as demonstrações financeiras da época da aquisição para a alocação do preço de compra. Os ativos líquidos adquiridos estão assim apresentados:

	Netshoes	Alocação	Valor Justo
Ativo circulante.....	448.019	(8.567)	439.452
Intangível (a).....	73.570	16.243	89.813
Intangível - Base de clientes (b).....	-	175.900	175.900
Intangível - Marca (c).....	14.002	101.998	116.000
Intangível - Software (d).....	126.954	4.423	131.377
Intangível - Força de trabalho (e).....	-	16.297	16.297
Demais intangíveis.....	627	-	627
Demais ativos não circulantes (g).....	235.513	57.569	293.082
Total.....	896.685	363.863	1.260.548
Passivo circulante.....	736.673	-	736.673
Provisão para riscos (f).....	30.372	210.986	241.358
Demais passivos não circulantes (g).....	210.935	107.053	317.988
Total.....	977.980	318.039	1.296.019
Total líquido dos ativos identificáveis.....	(79.295)	45.824	(33.471)

(a) Imobilizado: a técnica de avaliação utilizada foi a de comparação de mercado e técnica de custo, que considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. Alocação relacionada principalmente a mais valia de benfiteiros em propriedade de terceiros; (b) Carteira de clientes: utilizado o método de renda *With or Without*. Esta metodologia é comumente utilizada para avaliar esse tipo de intangível e calcula a diferença na geração de fluxos de caixa futuros entre dois cenários, um com a carteira de clientes e um cenário hipotético sem este ativo. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. Foi considerado 6 anos como expectativa de vida útil deste item. (c) Marca: utilizado o método *Relief-from-Royalty*, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la. Alocação relacionada à força das marcas Netshoes, Zattini e Shoestock. A vida útil deste item é indeterminada. (d) Software: *Multi-Period Excess Earnings Method* (MPEEM) - Método dos lucros excedentes por vários períodos. O MPEEM mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Foi considerado 4 anos como expectativa de vida útil deste item. (e) Força de trabalho: utilizado o método de custo de reposição. (f) Marca: utilizado o método *Relief-from-Royalty*, que captura as economias de royalties associadas a possuir a marca, ao invés de obter licença para utilizá-la. (g) Alocação determinada principalmente pelo custo de reposição da força de trabalho existente na aquisição; (f) O Grupo Netshoes possui riscos tributários identificados passíveis de questionamento por autoridades competentes. A avaliação da administração é que existem riscos em que uma saída de recursos é provável. (h) A alocação refere-se ao imposto de renda diferido ativo relacionado aos riscos tributários identificados e passivo sobre a alocação de intangíveis relacionados acima.

Ágio gerado na aquisição

	2019	2018
Contraprestação transferida - A.....	453.247	-
Valor justo do patrimônio líquido - B.....	(33.471)	-
Ágio gerado na aquisição - (A-B).....	486.718	-

O ágio gerado na aquisição perfaz um valor total de R\$ 486.718, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio das empresas adquiridas. É atribuído principalmente às sinergias esperadas na integração da entidade aos negócios existentes da Companhia. Tal ágio reconhecido poderá ter o tratamento tributário previsto na legislação pertinente. **Recalculando e resultados incorporados:** A Companhia consolidou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os montantes de receita líquida e lucro líquido, do período de 14 de junho a 31 de dezembro de 2019 oriundos da aquisição, de R\$ 1.080.034 e R\$ 46.758, respectivamente. Importante ressaltar que esse resultado está impactado pelo reconhecimento dos créditos tributários relacionados a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme demonstrado na nota explicativa 12. Se a data da aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de uma receita líquida de R\$ 1.701.808 e um prejuízo líquido de R\$ 192.430. **Movimentação dos investimentos em controladas:** A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Informações das controladas

	Época		Integra		Magalu		Kelex		Certa		Netshoes		Magalu Paga- mentos
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Posição de Investimento													
Quotas/ações possuídas.....	6.500	12.855	100	100	16.726	5.431	100	100	31.056.244	2.000.000	100	100	2.000.000
Participação acionária.....	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativos circulantes.....	56.474	68.735	389	28.936	8.076	227	117	530.943	2.800	2.800	2.800	2.800	
Ativos não circulantes.....	14.336	11.791	451	869	5.849	3	32	693.202	808	808	808	808	
Passivos circulantes.....	2.640	34.405	4.156	8.051	8.500	100	100	121.656	2.000	2.000	2.000	2.000	
Capital social.....	44.372	16.471	821	6.329	6.328	24	85	236.382	1.992	1.992	1.992	1.992	
Reculta líquida.....	84.756	198.138	111	23.250	34.477	162	65	1.080.034	74	74	74	74	
Lucro (prejuízo) líquido.....	10.440	(4.852)	(320)	(734)	(2.226)	35	(7)	46.758	(8)	(8)	(8)	(8)	

	Época		Integra		Magalu		Kelex		Certa		Netshoes		Magalu Paga- mentos
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Movimentação													
Saldos iniciais.....	36.542	57.077	2.861	8.373	40.399	974	477	-	-	-	-	-	-
AFAC.....	-	5.800	300	6.400	-	-	-	-	-	-	260.500	2.000	-
Investimentos em controladas.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	453.247	-	-
Ajuste de preço de aquisição.....	-	-	-	-	1.711	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	902	-	-
Plano de opção de ação.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.497	-	-
Dividendos.....	(2.610)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Combinação de negócios.....	-	-	-	-	4.037	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial.....	10.440	(4.852)	(320)	(734)	(2.226)	35	(7)	46.758	(8)	(8)	46.758	(8)	
Saldos no fim do período.....	44.372	58.025	2.841	14.039	43.921	1.009	470	768.904	1.992	1.992	768.904	1.992	

	Época		Integra		Magalu		Ke	
--	-------	--	---------	--	--------	--	----	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vendas pendentes de entrega.....	242.085	193.136	252.638	193.136
Valores a reparar a parceiros.....	123.419	87.575	123.419	87.575
Serviços especializados.....	31.679	-	47.486	-
Despesas a pagar.....	110.320	44.007	234.851	44.007
Valores a pagar ex-cotistas.....	10.581	47.638	10.581	47.638
Outros.....	19.741	31.449	34.707	35.465
	537.825	403.805	703.962	407.821
Circulante.....	537.825	403.805	701.719	406.109
Não circulante.....	-	-	1.973	1.712

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil: A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os riscos conhecidos na data do balanço patrimonial considerados prováveis de perda, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, decisões administrativas, precedentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	328.547	14.971	33.926	377.444
Adições.....	413.122	8.800	28.311	450.233
Reversões.....	(39.819)	-	(1.286)	(41.105)
Pagamentos.....	(10.905)	(7.499)	(22.832)	(41.236)
Atualizações.....	22.602	-	-	22.602
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	713.547	16.272	38.119	767.938

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	337.658	15.181	34.516	367.355
Adições.....	430.926	10.650	29.427	471.003
Adições advinda de combinação negócio.....	26.451	2.481	1.440	30.372
Alocação de preço em combinação negócios - nota 14.....	21.986	-	-	210.976
Reversões.....	(39.819)	(190)	(1.464)	(41.477)
Pagamentos.....	(10.905)	(8.992)	(23.830)	(43.727)
Atualizações.....	22.603	-	-	22.603
Saldo em 31 de dezembro de 2019.....	977.900	19.130	40.089	1.037.119

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a natureza das principais causas da Companhia, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

a) Processos tributários: A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, classificados como perda provável, portanto estão provisionados. Esses processos envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 225.360 (R\$ 50.562 em 31 de dezembro de 2018), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 179.870 (R\$ 117.278 em 31 de dezembro de 2018) e tributos municipais no montante de R\$ 26 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia possui ainda provisão para outras discussões judiciais as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinação de negócio de suas adquiridas, as quais envolvem tributos federais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 457.618 (R\$ 169.395 em 31 de dezembro de 2018), tributos estaduais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 114.664 (R\$ 114.664 em 31 de dezembro de 2018) e tributos municipais, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 perfaz R\$ 362 (R\$ 362 em 31 de dezembro de 2018). **b) Processos cíveis:** A provisão para riscos cíveis consolidada no montante de R\$ 19.130 em 31 de dezembro de 2019 (R\$15.181 em 31 de dezembro de 2018), está relacionada a reclamações oriundas principalmente de clientes sobre possíveis defeitos de produtos. **c) Processos trabalhistas:** Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos acerca de horas extras incorridas. O valor provisionado de R\$ 40.089 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 34.516 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração, a Companhia juntamente com seus assessores jurídicos. Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais no montante de R\$ 570.142 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 349.239 em 31 de dezembro de 2018). **d) Passivos contingentes - possíveis de perda:** A Companhia é parte em outros processos que foram classificados pela Administração como de risco de perda provável com base na opinião de seus assessores jurídicos, porém, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos federais perfaz, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 1.791.196 (R\$ 1.342.949 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 1.887.776 (R\$ 1.360.610 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, já em relação aos tributos estaduais os riscos possíveis perfazem em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 425.727 (R\$ 449.789 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 485.723 (R\$ 475.383 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado e quanto aos tributos municipais perfazem em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 2.446 (R\$ 1.401 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 2.458 (R\$ 1.401 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. Dentre as principais ações de natureza tributária, classificadas como perda provável, destacamos: (i) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além da caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS; (ii) Processo judicial e atuação em que a Companhia discute a validade de diversos princípios jurídicos da Lei nº 13.241/2015, a qual extinguiu a instituição de Contribuições ao PIS e a COFINS sobre as receitas oriundas de vendas de produtos elegíveis ao Processo Básico de Produção, que segundo análise de seus assessores jurídicos internos e externos as chances de perda são possíveis com viés de remota; (iii) Processos em que a Companhia discute com os fiscos estaduais supostos créditos ou divergências de ICMS; (iv) Processo Administrativo em que a Companhia discute com o fisco estadual autuações de cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de fornecedores posteriormente declarados inidôneos; (v) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas. Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujo valor envolvido são considerados relevantes para divulgação. **e) Processos de natureza ativa:** A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários de diversas naturezas, ou seja, ingressou ou ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. As ações ativas da Companhia envolvendo o tema da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS foram transitadas em julgado com decisão definitiva favorável à Companhia neste período, como demonstrado na nota explicativa 12.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 31/12/2018.....	398.434	-	489.520	-
Adições.....	24.579	-	175.900	-
Amortização.....	(162.952)	(31.890)	(131.948)	(82.569)
Baixas.....	8.972	90.165	(67)	(96.743)
Transf.ferência.....	3.649	-	-	-
Saldo em 31/12/2019.....	236	30	116.056	1.280
Outros.....	119	26	16.297	(16)
	532.360	79.334	49.693	(62.558)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 31/12/2018.....	398.434	-	489.520	-
Adições.....	24.579	-	175.900	-
Amortização.....	(162.952)	(31.890)	(131.948)	(82.569)
Baixas.....	8.972	90.165	(67)	(96.743)
Transf.ferência.....	3.649	-	-	-
Saldo em 31/12/2019.....	236	30	116.056	1.280
Outros.....	119	26	16.297	(16)
	532.360	79.334	49.693	(62.558)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 31/12/2018.....	398.434	-	489.520	-
Adições.....	24.579	-	175.900	-
Amortização.....	(162.952)	(31.890)	(131.948)	(82.569)
Baixas.....	8.972	90.165	(67)	(96.743)
Transf.ferência.....	3.649	-	-	-
Saldo em 31/12/2019.....	236	30	116.056	1.280
Outros.....	119	26	16.297	(16)
	532.360	79.334	49.693	(62.558)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 31/12/2018.....	398.434	-	489.520	-
Adições.....	24.579	-	175.900	-
Amortização.....	(162.952)	(31.890)	(131.948)	(82.569)
Baixas.....	8.972	90.165	(67)	(96.743)
Transf.ferência.....	3.649	-	-	-
Saldo em 31/12/2019.....	236	30	116.056	1.280
Outros.....	119	26	16.297	(16)
	532.360	79.334	49.693	(62.558)

As despesas relativas a amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de "Depreciação e amortização", no resultado do exercício. **Testes de não recuperação do ativo e intangíveis:** o ativo e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos. O teste de não recuperação para o ativo na aquisição de novas redes de empresas de varejo compreende a apuração dos valores recuperáveis da Unidade Geradora de Caixa (UGC), a qual corresponde ao agrupamento de todas as lojas das redes adquiridas, que totalizam R\$ 313.856 em 2019 e 2018 e já foram incorporadas. O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	Taxa (%)
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos.....	10,8%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos.....	4,8%
Perpetuidade.....	3,5%

Taxa CAPM (Custo Médio de Capital Próprio).

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ativos registrados.

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Mercadorias para revenda - mercado interno.....	5.372.599	4.022.357	5.867.239	4.050.931
Outros fornecedores.....	67.258	81.108	99.698	89.319
Ajuste a valor presente.....	(26.311)	(35.006)	(32.060)	(35.006)
Total de fornecedores.....	5.413.546	4.068.459	5.934.877	4.105.244

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a receber o valor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe, subsequentemente, uma comissão do Banco por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa comissão é registrada como receita financeira. A operação acima realizada pela Companhia não altera os prazos, prazos e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia a classifica na rubrica de Fornecedores. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite da Companhia, somava R\$ 1.389.804 (R\$ 781.549 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 1.432.179 (R\$ 781.549 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoque". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela liquidação de prazo.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado						
	2019	2018	2019	2018					
Modalidade.....									
Debitantes - 7ª emissão (a).....	113,5%	CDI	Clean	03/2020	-	306.545	-	306.545	-
Notas promissórias - 3ª emissão.....	112,0%	CDI	Clean	05/2019	-	113.931	-	113.931	-
Notas promissórias - 4ª emissão (b).....	104,0%	CDI	Clean	06/2021	822.542	-	822.542	-	-
Financiamento de Inovação - FINEP (c).....	4,4% a.a.	Finança bancária	12/2022	22.215	29.620	22.215	29.620	-	-
Financiamento de Expansão - BNB (d).....	7% a.a.	Finança bancária	12/2022	2.203	2.936	2.203	2.936	-	-
Outros.....	113,5%	CDI	Clean	03/2020	94	1.055	1.089	2.936	-
Total de empréstimos e financiamentos.....					847.054	454.087	848.829	455.967	-
Circulante.....					812	130.685	9.967	130.743	-
Não circulante.....					836.862	323.402	838.862	325.224	-

(a) A 7ª emissão de debêntures foi liquidada, de forma antecipada, no exercício de 2019. (b) A Companhia realizou em 16 de junho de 2019 a 4ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, sendo emitidas 160 notas com valor nominal unitário de R\$ 5.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009. Os valores captados serão utilizados para otimização do fluxo de caixa no curto e médio prazo e gestão ordinária dos negócios da Companhia. (c) Refere-se a contrato de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas. (d) A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o objetivo de modernizar, reformar as lojas da região nordestina e construir um novo Centro de Distribuição no município de Candeias (BA). Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial.....	454.087	871.498	455.967	871.498
Captação.....	798.944	-	798.944	-
Adição de aquisição de controlada.....	(407.247)	(412.590)	(607.000)	(412.590)
Pagamento de juros.....	(49.560)	(53.157)	(52.320)	(53.157)
Juros provisionados.....	50.830	49.714	51.383	49.714
Hedge de valor justo.....	-	(1.378)	-	(1.378)
Saldo final.....	847.054	454.087	848.829	455.967

Cronograma dos vencimentos: O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Vencimento.....	Consolidado	Consolidado
2020.....	8.192	9.967
2021.....	796.437	796.437
2022.....	25.166	25.166
2023.....	17.259	17.259
Total.....	847.054	848.829

Covenants: A 4ª emissão de Notas Promissórias possui cláusula restritiva ("covenants") equivalente à manutenção da relação "Divida líquida ajustada/EBITDA Ajustado" não superior a 3,0 vezes. Por divida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluído de eventos operacionais (receita/despesa) de caráter extraordinário.

20. RECEITA DIFERIDA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita diferida com terceiros.....				
Contrato de exclusividade com Cardif (a).....	104.814	122.283	104.814	122.283
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b).....	96.500	109.000	96.500	109.000
Outros contratos.....	-	21.157	-	21.157
Total.....	201.314	231.283	222.477	231.283

Receita diferida com partes relacionadas:

Contrato de exclusividade com Cardif (a)..... 110.766 121.854 110.766 121.854

Contrato de exclusividade com a Luizaseg (b)..... 66.600 77.000 66.600 77.000

Contrato de exclusividade com a Luizaseg (a)..... 177.366 198.854 177.366 198.854

Total de receitas diferidas..... 376.680 430.137 399.837 430.137

Passivo circulante..... 39.157 39.157 43.036 39.157

Passivo não circulante..... 339.523 390.980 356.801 390.980

(a) Em 14 de dezembro de 2015, foi estabelecido novo Acordo de Aliança Estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vencidos em 31 de dezembro de 2015, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$ 330.000 na caixa da Companhia. Desses montante, R\$ 42.000 foram destinados à controlada em conjunto Luizaseg, tendo em vista que os seguros atrelados ao cartão de crédito são de exclusividade da Luizaseg. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas. (b) Em 27 de novembro de 2009, a Companhia celebrou um "Acordo de Associação" junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizaseg a titularidade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizaseg, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do exercício de 2014. Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizaseg, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Mãe), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizaseg pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 50.000. Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditivo ao acordo de associação com a Luizaseg, em virtude da aquisição da New-Unit (Lojas do Baú). Em contraprestação, a Luizaseg pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	328.547	14.971	33.926	377.444
Adições.....	413.122	8.800	28.311	450.233

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (ii) **Desreconhecimento e compensação:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (iii) **Impairment de ativos financeiros:** A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos.....	Contábil	167.618	136.060	240.618	138.295
Contas a receber - Cartão de crédito e débito.....	Contábil	2.042.299	1.491.289	2.126.642	1.506.283
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais.....	Contábil	741.664	540.967	805.234	552.845
Contas a receber de partes relacionadas.....	Contábil	104.510	86.948	100.551	83.503
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito.....	VJR	-	106.687	-	106.687
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito.....	VJORA	269.485	-	269.485	-
Equivalentes de caixa.....	VJR	7.914	408.907	7.914	408.907
Equivalentes de caixa.....	VJR	5.267	803	16.333	7.494
Títulos e valores mobiliários.....	VJR	12.094	11.455	14.323	11.669
Títulos e valores mobiliários.....	VJR	4.434.049	397.656	4.434.049	397.656
Total de Ativos financeiros.....		7.784.900	3.180.772	8.015.149	3.213.339

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fornecedores.....	Contábil	5.413.546	4.068.459	5.934.877	4.105.244
Empréstimos e financiamentos (i).....	Contábil	847.054	454.087	848.829	455.967
Arrendamento mercantil (i).....	Contábil	2.205.750	-	2.280.322	-
Contas a pagar a partes relacionadas.....	Contábil	152.094	125.353	152.126	125.383
Outras contas a pagar - ex-colistas.....	Contábil	10.581	47.638	10.581	-
Total de Passivos financeiros.....		8.629.025	4.695.537	9.226.735	4.686.594

(i) Mensurados com base no nível 2 de valor justo.

Mensurações de valor justo: Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações; Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A mensuração dos ativos da Companhia, ao valor justo, está demonstrada a seguir:

Categoria de instrumentos financeiros - Ativos	Classificação	Controladora		Consolidado		Nível
		2019	2018	2019	2018	
Contas a receber - Cartão de crédito e débito.....	VJORA	2.042.299	1.491.289	2.126.642	1.506.283	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas.....	VJR	-	106.687	-	106.687	Nível 2
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito.....	VJORA	269.485	-	269.485	-	Nível 2
Equivalentes de caixa.....	VJR	7.914	408.907	7.914	408.907	Nível 2
Títulos e valores mobiliários.....	VJR	4.434.049	397.656	4.434.049	397.656	Nível 2
Total de Ativos financeiros.....		6.753.747	2.404.539	6.838.090	2.419.533	

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis: Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem: • Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares. • O valor justo de recebíveis de cartão de crédito é determinado com base em premissas usualmente utilizadas para vendas de ativos similares, considerando os fluxos de caixa descontados por uma taxa de empresas adquirentes. • Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes. **Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a três anos	Total
Fornecedores.....	5.934.877	5.934.877	-	-	5.934.877
Empréstimos e financiamentos.....	848.829	25.285	875.595	17.259	918.139
Partes relacionadas.....	152.126	152.126	-	-	152.126
Arrendamento mercantil.....	2.280.322	22.658	72.478	3.013.835	3.108.371
Outras contas a pagar ex-colistas/sócios.....	10.581	4.461	5.899	1.035	11.395

Considerações sobre outros riscos financeiros: Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e serviços de seguros e financeiros, o financiamento ao consumidor para as aquisições dos referidos bens e atividades de grupo de consórcio, formados para a aquisição de veículos, motos, eletrodomésticos e imóveis. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes: **Risco de crédito:** o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores facturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 2.726.430 (R\$ 1.887.313 em 31 de dezembro de 2018). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para os demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos de prazo renegociados, no montante de R\$ 14.841 (R\$ 7.334 em 31 de dezembro de 2018), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na nota explicativa 9 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber. A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito

da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "forward looking". A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias. **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Apresentação do impairment:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para os ativos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA. As perdas por impairment relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA.

	Controladora		2018		Consolidado		2018	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos.....	167.618	136.060	240.618	138.295	240.618	138.295	138.295	138.295
Contas a receber - Cartão de crédito e débito.....	2.042.299	1.491.289	2.126.642	1.506.283	2.126.642	1.506.283	1.506.283	1.506.283
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais.....	741.664	540.967	805.234	552.845	805.234	552.845	552.845	552.845
Contas a receber de partes relacionadas.....	104.510	86.948	100.551	83.503	100.551	83.503	83.503	83.503
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito.....	-	106.687	-	106.687	-	106.687	-	106.687
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito.....	269.485	-	269.485	-	269.485	-	-	-
Equivalentes de caixa.....	7.914	408.907	7.914	408.907	7.914	408.907	408.907	408.907
Equivalentes de caixa.....	5.267	803	16.333	7.494	16.333	7.494	7.494	7.494
Títulos e valores mobiliários.....	12.094	11.455	14.323	11.669	14.323	11.669	11.669	11.669
Títulos e valores mobiliários.....	4.434.049	397.656	4.434.049	397.656	4.434.049	397.656	397.656	397.656
Total de Ativos financeiros.....	7.784.900	3.180.772	8.015.149	3.213.339	8.015.149	3.213.339	3.213.339	3.213.339

	Controladora		2018		Consolidado		2018	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecedores.....	5.413.546	4.068.459	5.934.877	4.105.244	5.934.877	4.105.244	4.105.244	4.105.244
Empréstimos e financiamentos (i).....	847.054	454.087	848.829	455.967	848.829	455.967	455.967	455.967
Arrendamento mercantil (i).....	2.205.750	-	2.280.322	-	2.280.322	-	-	-
Contas a pagar a partes relacionadas.....	152.094	125.353	152.126	125.383	152.126	125.383	125.383	125.383
Outras contas a pagar - ex-colistas.....	10.581	47.638	10.581	-	10.581	-	-	-
Total de Passivos financeiros.....	8.629.025	4.695.537	9.226.735	4.686.594	9.226.735	4.686.594	4.686.594	4.686.594

e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2019, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de rating atingindo o montante de R\$ 4.459.324 (R\$ 821.604 em 31 de dezembro de 2018) na Controladora e R\$ 4.513.500 (R\$ 870.117 em 31 de dezembro de 2018) no Consolidado. **Risco de mercado:** decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, determinação de limites para transações com derivativos e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros e nas taxas de câmbio. **Risco de taxas de juros:** a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 4,40%. Os efeitos esperados das receitas com aplicações financeiras líquidas de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Certificados de depósitos bancários (nota 7).....	-	13.181	-	24.247
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 7).....	-	-	-	40.881
Equivalentes de caixa.....	-	-	13.181	65.128
Títulos e valores mobiliários (nota 8).....	4.456.143	4.448.372	4.456.143	4.448.372
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.....	4.456.143	4.461.561	4.456.143	4.518.500

Empréstimos e financiamentos (nota 19).....	(847.054)	(848.829)
Exposição líquida.....	3.612.270	3.664.671
Receita financeira de juros - exposição a CDI	-	-
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:	-	-
Cenário I Provável.....	57.750	58.555
Cenário II Redução 25%.....	43.313	43.916
Cenário III Redução 50%.....	28.875	29.278

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Dividendos propostos por controladas e controladas em conjunto e não recebidos.....	22.522	8.391	19.912	6.298
Dividendos ou JCP declarados não pagos no exercício.....	(123.566)	(182.000)	(123.566)	(182.000)
Outras contas a pagar - ex-Colistas adquiridas.....	(13.950)	(46.850)	(13.950)	(46.850)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJORA.....	-	(36.219)	-	(36.219)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - VJR.....	-	(768)	-	(768)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - Controlada em conjunto.....	-	(56.816)	-	(56.816)
Adoção inicial do IFRS 9 e 15 - efeito do I/RC/S.....	-	12.576	-	12.576
Adoção inicial do IFRS 16 - Direito de Uso e arrendamento.....	1.947.468	-	1.947.468	-
Remensuração IFRS 16 - Direito de Uso e arrendamento.....	77.962	-	87.455	-
Adições IFRS 16 - Direito de Uso.....	428.244	-	428.244	-
Transferência de Imobilizado para Direito de uso - IFRS 16.....	8.495	-	8.495	-
Transferência de Intangível para Direito de uso - IFRS 16.....	22.345	-	22.345	-
Plano de opção de ações - Netshoes.....	-	-	7.497	-
Compensação de tributos a recuperar.....	(191.655)	-	(191.655)	-
Varição de valor justo de instrumentos financeiros.....	3.684	2.673	3.684	2.673

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos ou/o responsabilidades. As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Responsabilidade civil e D&O.....	100.000	70.000	230.425	70.000
Riscos diversos - estoques e imobilizado.....	3.674.701	2.925.028	4.139.459	2.925.028
Veículos.....	22.872	22.872	35.706	22.872
	3.797.573	3.017.900	4.405.590	3.017.900

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia está em fase avançada para conclusão da aquisição da Estante Virtual, que é uma plataforma de venda de livros novos e usados, sendo o maior marketplace de livros usados do Brasil. Com a aquisição, a Companhia aumenta a base de sellers do seu marketplace, acelerando a estratégia de expansão para novas categorias e maior frequência de compra em sua plataforma.

CONTADOR
Marcel Adriano Rodrigues - CRC 1SP206024/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - Individual e consolidado

Veja notas explicativas nºs 4, 12 e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Durante o exercício de 2019, a Companhia e sua controlada NS2.com Internet S.A. (Netshoes) tiveram transitado em julgamento no Supremo Tribunal Federal os processos referentes a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, garantindo à Companhia e à referida controlada, o direito de reaver os valores já recolhidos e não prescritos de PIS e COFINS, devidamente corrigidos monetariamente. Em função disso, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS em montantes relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração, o valor líquido ou bruto do imposto destacado na nota fiscal e outras informações conforme a documentação que suporta o crédito. Adicionalmente, o processo de mensuração de tais créditos envolveu um volume relevante de operações, uma alta complexidade das transações, bem como julgamentos significativos da administração sobre as modalidades de ICMS que originaram os créditos tributários registrados. Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base da mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
- Avaliação do processo da administração para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários em conjunto com nossos especialistas tributários.
- Avaliação, com auxílio de nossos especialistas tributários e legais, da documentação da decisão judicial (transito em julgado), as opiniões legais emitidas, os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e sua controlada sobre o reconhecimento e a mensuração do ativo reconhecido através da análise dos cálculos e documentação suporte dos montantes a serem compensados.
- Em base amostral, recalculamos o montante de crédito e solicitamos documentação suporte dos itens selecionados para teste documental.
- Analisamos a estimativa de recuperação dos créditos tributários registrados, bem como sua apresentação entre ativos circulantes e não circulantes.
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.
- Não decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a apresentação dos créditos tributários os quais não foram registrados pela administração por terem sido considerados imateriais.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração de crédito de ICMS na base de cálculo PIS e COFINS, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores